



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Intervenção de SE a Ministra da Justiça

Rita Alarcão Júdice

na cerimónia de assinatura do contrato interadministrativo com a

Câmara Municipal de Coimbra

sobre o futuro

“Palácio de Justiça de Coimbra”

Coimbra, 10 de janeiro de 2025

As palavras mais importantes que tenho para dizer hoje foram escritas há oito meses. E são estas:

“Coimbra precisa do novo palácio da justiça, esperamos poder concretizar o seu arranque durante este mandato. Trabalharemos para encontrar soluções.”

Foram estas as exatas palavras com que me dirigi ao Senhor Presidente da Câmara no dia 6 de maio do ano passado, na cerimónia dos 90 anos do Palácio da Justiça de Coimbra, numa sessão que também homenageou Manuel Rodrigues Júnior.

Quando acabei o meu discurso, o entusiasmo na sala era muito contido. Eu percebi logo que o Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Relação, as entidades e autoridades ali presentes tinham pouca fé em promessas que, ainda por cima, não eram originais.

Já sabem que falar por falar não é meu timbre e, naquele instante, perante tanta incredulidade, num gesto simbólico assinei o papel onde estava escrita a minha intervenção e entreguei-o, ao Senhor Presidente da Relação. Empenhei a minha palavra.

Mas hoje, Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, é a sua vez de assinar um papel e sei que o fará com gosto.

Sabemos das deficiências, da falta de funcionalidade ou do custo com rendas de alguns edifícios onde estão instalados Juízos do Tribunal da Comarca de Coimbra. Para os termos numa única localização, é preciso construir um edifício de raiz.

A lista de problemas não é pequena. Estamos a começar pelo que nos parece mais urgente ou pelo que precisa de mais tempo a ser concluído.

O Ministério da Justiça, através do IGFEJ – aqui representado pela sua Presidente – vai suportar os custos da elaboração e revisão do projeto (cerca de um milhão de euros), mas delega na Câmara Municipal as competências para concretizar essa tarefa.

Gostaria de deixar uma palavra à Assembleia Municipal de Coimbra que apoiou a proposta da Câmara (a minuta deste contrato) poucos dias antes do Natal.

E queria sublinhar que a presença da Senhora Secretária de Estado da Justiça nesta sessão testemunha também o compromisso de toda a nossa equipa em dotar Coimbra dos meios de que a Justiça precisa para exercer a sua função.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

Este seria o momento em que me era devolvido aquele discurso de maio, que assinei à mão! Mas não é preciso! Afinal de contas, não vamos ter que esperar pelo fim do meu mandato, nem esperar pelos 100 anos do antigo Palácio da Justiça de Coimbra, para ver o arranque dos trabalhos.

Coimbra, os cidadãos, as empresas de Coimbra e todos quantos trabalham no sistema Judicial em Coimbra podem acreditar que desta vez é para cumprir.

Agora, mãos à obra.

A Todos, muito obrigada.

****Só faz fé a versão efetivamente lida***